

O pecado é uma palavra, um ato ou um desejo contrários à lei eterna. É uma ofensa a Deus, que lesa a natureza do homem e atenta contra a solidariedade humana.

### 1. O pecado pessoal: ofensa a Deus, desobediência à lei divina

O pecado pessoal é um «ato, palavra ou desejo contrário à lei eterna»[1]. Isto significa que o pecado é um ato humano, já que requer o concurso da liberdade[2], e se expressa em atos externos, palavras ou atos internos. Além do mais, este ato humano é mau, isto é, opõe-se à lei eterna de Deus, que é a primeira e suprema regra moral, fundamento das demais. De modo mais geral, pode-se dizer que o pecado é qualquer ato humano oposto à norma moral, isto é, à reta razão iluminada pela fé.

Trata-se, portanto, de uma tomada de posição negativa com respeito a Deus e, em contraste, um amor desordenado a nós mesmos. Por isso, também se diz que o pecado é essencialmente *aversio a Deo et conversio ad creaturas*. A *aversio* não representa necessariamente um ódio explícito ou aversão, mas o afastamento de Deus, conseguinte à anteposição de um bem aparente ou finito ao bem supremo do homem (

*conversio*

). Santo Agostinho descreve-o como « o amor de si próprio levado até ao desprezo de Deus»[3]. « Por esta exaltação orgulhosa de si mesmo, o pecado é diametralmente oposto à obediência de Jesus, que realizou a salvação (cfr.

*Flp*

2, 6-9)» (

*Catecismo*

, 1850).

O pecado é o único mau em sentido pleno. Os demais males (p. ex. uma doença) em si mesmos não afastam de Deus, ainda que certamente são privação de algum bem.

### 2. Pecado mortal e pecado venial

Os pecados podem-se dividir em *mortais* ou *graves* e *veniais* ou *leves* (cfr. *Jo* 5, 16-17), segundo o fato que o homem perde totalmente a graça de Deus ou não[4]. O pecado mortal e o pecado venial podem ser comparados entre si como a morte e a doença da alma.

«É pecado *mortal* o que tem como objeto uma *matéria grave* e que, além do mais, é cometido com *pleno*

*conhecimento*

*eliberado consentimento*

»[5]. «Seguindo a Tradição da Igreja, chamamos

*pecado mortal*

ao ato, mediante o qual um homem, com liberdade e conhecimento, recusa a Deus, sua lei, a aliança de amor que Deus lhe propõe [

*aversio a Deo*

], preferindo se voltar a si mesmo, a alguma realidade criada e finita, a algo contrário à vontade divina (

*conversio ad creaturam*

). Isto pode ocorrer de modo direto e formal, como nos pecados de idolatria, apostasia e ateísmo; ou de modo equivalente, como em todos os atos de desobediência aos mandamentos de Deus em matéria grave»[6].

- *Matéria grave*: significa que o ato é por si mesmo incompatível com a caridade e portanto também com exigências inevitáveis das virtudes morais ou teológicas.

- *Pleno conhecimento* (ou *advertência*) do entendimento: ou seja, conhece-se que a ação que se realiza é pecaminosa, isto é, contrária à lei de Deus.

- *Deliberado* (ou *perfeito*) *consentimento* da vontade: indica que se quer abertamente essa ação, que se sabe contrária à lei de Deus. Isto não significa que para haver pecado mortal seja necessário querer ofender diretamente a Deus: basta que se queira realizar algo gravemente contrário a sua divina vontade[7].

As três condições têm de cumprir-se simultaneamente[8]. Se falta alguma das três o pecado pode ser venial. Isto ocorre, p. ex., quando a matéria não é grave, ainda que se tenha plena advertência e perfeito consentimento; ou então, quando não há plena advertência ou perfeito consentimento, ainda que se trate de matéria grave. Logicamente, se não há advertência nem consentimento, faltam os requisitos para que se possa falar que uma ação é pecaminosa, pois não seria um ato propriamente humano.

### 2.1. Efeitos do pecado mortal

O pecado mortal «entranha a perda da caridade e a privação da graça santificante, isto é, do estado de graça. E se não for resgatado pelo arrependimento e pelo perdão de Deus, originará a exclusão do Reino de Cristo e a morte eterna no Inferno» (*Catecismo*, 1861)[9]. Quando se cometeu um pecado mortal, e enquanto se permanece fora do “estado de graça” – sem recuperá-la na confissão sacramental- não deve receber a Comunhão, pois não se pode querer ao mesmo tempo estar unido e afastado de Cristo: se cometeria um sacrilégio[10].

Ao perder a união vital com Cristo pelo pecado mortal, perde-se também a união com seu Corpo místico, a Igreja. Não se deixa de pertencer à Igreja, mas se está como membro doente, sem saúde, que produz um mau a todo o corpo. Também se ocasiona um dano à sociedade humana, porque se deixa de ser luz e fermento, ainda que isto possa passar inadvertido.

Pelo pecado mortal perdem-se os méritos adquiridos – ainda que possam recuperar-se ao receber o sacramento da Penitência - e fica incapacitado para adquirir outros novos; o homem fica sujeito à escravidão do demônio; diminui o desejo natural de fazer o bem e provoca-se uma desordem nas potências e afetos.

### 2.2. Efeitos do pecado venial

«O pecado venial enfraquece a caridade; traduz uma afeição desordenada pelos bens criados; impede o progresso da alma no exercício das virtudes e a prática do bem moral; merece penas temporais. O pecado venial deliberado e que fica sem arrependimento, dispõe-nos pouco a pouco a cometer o pecado mortal. Mas o pecado venial não rompe a aliança com Deus. É humanamente reparável com a graça de Deus. “Não priva da graça santificante, da amizade com Deus, da caridade, nem, portanto, da bem-aventurança eterna” (João Paulo II, Ex. ap. *Reconciliatio et paenitentia* (2-12-1984), 17)» (*Catecismo*, 1863).

Deus perdoa os pecados veniais na Confissão e também, fora deste Sacramento, quando realizamos um ato de contrição e fazemos penitência, nos condoendo por não ter correspondido ao infinito amor que nos tem.

O pecado venial deliberado, ainda que não afaste totalmente de Deus, é uma tristíssima falta que esfria a amizade com Ele. Deve se ter “horror ao pecado venial deliberado”. Para uma pessoa que quer amar de veras a Deus não faz sentido consentir em pequenas traições porque não são pecado mortal[11]; isso leva à *tibieza*[12].

### 2.3. A opção fundamental

A doutrina da *opção fundamental*[13], que recusa a distinção tradicional entre os pecados mortais e os veniais, sustenta que a perda da graça santificante pelo pecado mortal – com tudo o que supõe – compromete em tal modo à pessoa que somente pode ser fruto de um ato de oposição radical e total a Deus, isto é, um ato de *opção fundamental* contra Ele[14]. Assim entendido, segundo os defensores desta opinião errônea, resultaria quase impossível incorrer em pecado mortal no dever de nossas escolhas quotidianas; ou se for o caso, recuperar o estado de graça mediante uma penitência sincera: pois a liberdade, dizem, não seria apta para determinar, em sua capacidade ordinária de eleição, de um modo tão singular e decisivo, o signo da vida moral da pessoa. Assim, dizem estes autores, ao se tratar de exceções pontuais a uma vida globalmente reta, se poderiam justificar faltas graves de unidade e coerência de vida cristã; desgraçadamente ao mesmo tempo se restaria importância à capacidade de decisão e compromisso da pessoa no uso de seu arbítrio.

Muito relacionado com a anterior doutrina está a proposta de uma *tripartição do pecado*, em *veniais*, graves e mortais. Os últimos suporiam uma resolução consciente e irrevogável de ofender a Deus, e seriam os únicos que afastariam de Deus e fechariam as portas à vida eterna. Desta forma, a maioria dos pecados que, por sua matéria, tradicionalmente têm sido considerados como mortais não seriam mais que graves, já que não se cometeriam com uma intenção positiva de recusar a Deus.

A Igreja tem assinalado em numerosas ocasiões os erros subjacentes nestas correntes de pensamento. Encontramo-nos diante de uma doutrina sobre a liberdade, que é muito debilitada, pois esquece que na realidade quem decide é a pessoa, que pode escolher modificar suas intenções mais profundas e que de fato pode mudar seus propósitos, suas aspirações, seus objetivos e seu inteiro projeto de vida, através de determinados atos

particulares e quotidianos[15]. Por outro lado, «fica sempre firme o princípio de que a distinção essencial e decisiva está entre o pecado que destrói a caridade e o pecado que não mata a vida sobrenatural; entre a vida e a morte não existe uma via intermediária»[16].

### 2.4. Outras divisões

a) Pode-se distinguir entre o pecado *atual*, que é o próprio ato de pecar, e o *habitual*, que é a mancha deixada na alma pelo pecado atual, com pena e culpa e, no pecado mortal, privação da graça.

b) O pecado *pessoal* distingue-se por sua vez do *original*, como o que todos nascemos e que temos contraído pela desobediência de Adão. O pecado original é inerente a cada um, ainda que não tenha sido cometido pessoalmente. Pode ser comparado a uma doença herdada, que se cura pelo Batismo – ao menos, por seu desejo implícito -, ainda que permanece uma verdadeira debilidade que inclina a cometer novos pecados pessoais. O pecado pessoal, portanto, *comete-se*, enquanto o pecado original *contraí-se*.

c) Os pecados *externos* são os que se cometem com uma ação que pode ser observada a partir do exterior (homicídio, roubo, difamação, etc.). Os pecados *internos*, em mudança, permanecem no interior do homem, isto é, em sua vontade, sem se manifestar em atos externos (ira, inveja, avareza não exteriorizadas, etc.). Todo pecado, externo ou interno, encontra sua origem em um ato interno da vontade: é este o ato propriamente moral. Os atos puramente interiores podem ser pecado e inclusive grave.

d) Fala-se de pecados *carnais* ou *espirituais* segundo se tende desordenadamente a um bem sensível (ou a uma realidade que se apresenta abaixo da aparência de bem; por exemplo, a luxúria) ou espiritual (a soberba). Em si, os segundos são mais graves; não obstante, os pecados carnis são por regra geral mais veementes, precisamente porque o objeto que atrai (uma realidade sensível) é mais imediata.

e) Pecados de *comissão* e de *omissão*: todo pecado comporta a realização de um ato voluntário desordenado. Se este se traduz em uma ação, se denomina pecado de comissão; se pelo contrário, o ato voluntário traduz-se no omitir algo devido, se chama de omissão.

### 3. A proliferação do pecado

« O pecado arrasta ao pecado; gera o vício, pela repetição dos mesmos atos. Daí resultam as inclinações perversas, que obscurecem a consciência e corrompem a apreciação concreta do bem e do mal. Assim, o pecado tende a reproduzir-se e reforçar-se, embora não possa destruir radicalmente o sentido moral. » (*Catecismo*, 1865).

Chamamos *capitais* aos pecados pessoais que especialmente induzem a outros, pois são a

cabeça dos demais pecados. São a soberba –princípio de todo pecado

e

*x parte aversionis*

(cfr. Sir 10, 12-13)-, avareza –princípio

*ex parte conversionis*

-, luxúria, ira, gula, inveja e preguiça (cfr.

*Catecismo*

, 1866).

A *perda do sentido do pecado* é fruto do voluntário obscurecimento da consciência que leva ao homem – por sua soberba - a negar que os pecados pessoais sejam tais e inclusive a negar que exista o pecado[17].

Às vezes não cometemos diretamente o mal, mas de alguma maneira colaboramos, com maior ou menor responsabilidade e culpa moral, à ação iníqua de outras pessoas. « O pecado é um ato pessoal. Mas, além disso, nós temos responsabilidade nos pecados cometidos por outros, quando *neles cooperamos*:: tomando parte neles, direta e voluntariamente; , ordenando-os, aconselhando-os, aplaudindo-os ou aprovando-os; não os revelando ou não os impedindo quando se tem obrigação de fazer; e protegendo aos que fazem o mal» (

*Catecismo*

, 1868).

Os pecados pessoais dão lugar também a situações sociais contrárias à bondade divina que se conhecem como *estruturas de pecado*[18]. Estas não são mais que expressão e efeito dos pecados da cada pessoa (cfr. *Catecismo*, 1869)[19].

#### 4. As tentações

No contexto das causas do pecado, temos que falar da tentação, que é a incitação ao mal. «A causa do pecado está no coração do homem» (*Catecismo*, 1873), mas este pode estar atraído pela presença de bens aparentes. A atração da tentação nunca pode ser tão forte que obrigue a pecar: «Não vos tem sobrevivendo nenhuma tentação que supere o humano, e fiel é Deus, que não permitirá que sejais tentados acima de vossas forças; pelo contrário, junto com a tentação vos dará também a força para poder a suportar» (1

*Co*

10, 13). Se não se buscam, e se aproveitam como ocasião de esforço moral, podem ter um significado positivo para a vida cristã.

As causas das tentações podem reduzir-se a três (cfr. 1 *Jo* 2, 16):

- O “*mundo*”: não como criação de Deus, porque neste sentido é bom, mas que pela desordem do pecado solicita à *conversio ad creaturas*, com um ambiente materialista e pagão [20].

- O *demônio*: que instiga ao pecado, mas não tem poder para nos fazer pecar. As tentações do diabo são repelidas com oração [21].

## O pecado pessoal

Escrito por Administrator

---

- A “*carne*” ou *concupiscência*: desordem das forças da alma como resultado dos pecados (também chamada *fomes peccati*). Esta tentação vence-se com a mortificação e a penitência, e com a decisão de não dialogar e de ser sinceros na direção espiritual, sem encobrir a tentação com “razões sem razão” [22].

Em frente à tentação, deve-se lutar por evitar o *consentimento*, já que supõe a adesão da vontade à *complacência*, ainda não deliberada, conseguinte à representação involuntária do mal que se dá na *sugestão*

Para combater as tentações é preciso ser muito sinceros com Deus, com si mesmo e na direção espiritual. Caso contrário corre-se o risco de provocar a deformação da consciência. A sinceridade é um grande meio para evitar os pecados e atingir a verdadeira humildade: Deus Pai sai ao encontro de quem se confessa pecador, revelando aquilo que a soberba queria ocultar como pecado.

Além do mais, deve-se fugir das *ocasiões de pecado*, isto é, daquelas circunstâncias que se apresentam mais ou menos voluntariamente e supõem uma tentação. Deve-se evitar sempre as *ocasiões livres*, e quando se trata de *ocasiões próximas* (isto é, se há perigo sério de cair na tentação) e *necessárias* (que não se podem evitar), se deve fazer todo o possível para afastar o perigo, ou dito de outro modo, pôr os meios para que essas ocasiões passem de *próximas* a *remotas*. Também – no possível – se deve evitar as *ocasiões remotas*, contínuas e livres, que corroem a vida espiritual e predispõem ao pecado grave.

*Pau Agulles Simó*

### Bibliografia básica

Catecismo da Igreja Católica, 1846-1876.

João Paulo II, Ex. ap. *Reconciliatio et paenitentia*, 2-12-1984, 14-18.

João Paulo II, Enc. *Veritatis splendor*, 6-8-1993, 65-70.

### Leituras recomendadas

São Josemaria, Homilia *A luta interior*, em *É Cristo que passa*, 73-82.

E. Colom, A. Rodríguez Luño, *Elegidos en Cristo para ser santos*, Palabra, Madri 2000, cap. XI.

A. Fernández, *Teología Moral*, vol. I, Aldecoa, Burgos 19952, pp. 747-834.

-----

[1] Santo Agostinho, *Contra Faustum manichoeum*, 22, 27: PL 42, 418. Cfr. *Catecismo*, 1849.

[2] Classicamente definiu-se o pecado como uma desobediência *voluntária* à lei de Deus: se não fosse voluntária, não seria pecado, já que não se trataria nem sequer de um próprio e verdadeiro ato  
*humano*

[3] Santo Agostinho, *De civitate Dei*, 14, 28.

[4] Cfr. João Paulo II, Ex. ap. *Reconciliatio et paenitentia*, 2-12-1984, 17.

[5] Idem. Cfr. *Catecismo*, 1857-1860.

[6] João Paulo II, Ex. ap. *Reconciliatio et paenitentia*, 17.

[7] Comete-se um pecado mortal quando o homem «o sabendo e o querendo, escolhe, pelo motivo que seja, algo gravemente desordenado. Efetivamente, nesta escolha está já incluído um desprezo do preceito divino, uma rejeição do amor de Deus para a humanidade e para toda a criação: o homem afasta-se de Deus e perde a caridade» (*Idem*).

[8] Cfr. João Paulo II, Enc. *Veritatis splendor*, 6-8-1993, 70.

[9] Apesar da consideração do ato em si, cabe assinalar que o julgamento sobre as pessoas devemos o confiar só à justiça e à misericórdia de Deus (cfr. *Catecismo*, 1861).

[10] Só quem tenha um motivo verdadeiramente grave e não encontre possibilidade de se confessar, pode celebrar os sacramentos e receber a sagrada comunhão, após fazer um ato de contrição perfeita, que inclui o propósito de se confessar o quanto antes (cfr. *Catecismo*, 1452 e 1457).

[11] Cfr. São Josemaria, *Amigos de Deus*, 243; *Sulco*, 139.

[12] Cfr. São Josemaria, *Caminho*, 325-331.

[13] Cfr. João Paulo II, Enc. *Veritatis splendor*, 65-70.

[14] Cfr. *Idem*, 69.

[15] Cfr. João Paulo II, Ex. ap. *Reconciliatio et paenitentia*, 17; *Veritatis splendor*, 70.

[16] *Idem*, 17.

[17] Cfr. *Idem*, 18.

[18] Cfr. João Paulo II, Enc. *Sollicitudo rei socialis*, 30-12-1987, 36 e ss.

[19] Cfr. João Paulo II, Ex. ap. *Reconciliatio et paenitentia*, 16.

[20] Para combater estas tentações é preciso ir contra corrente, sempre que seja necessário, com fortaleza, em lugar de deixar-se arrastar por costumes mundanos (cfr. São Josemaria, *Caminho*, 376).

[21] Por exemplo, a oração a São Miguel Arcanjo, vencedor de Satanás (cfr. *Ap* 12,7 e 20,2). A Igreja sempre tem recomendado também alguns sacramentais, como a água benta, para combater as tentações do demônio. «De nenhuma coisa fogem mais os demônios, para não voltar, que da água benta», dizia Santa Teresa de Ávila (citado em São Josemaria, *Caminho*, 572).

[22] Cfr. São Josemaria, *Caminho*, 134 e 727.